

# A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA PORTUGUESA SOBRE A HISTÓRIA RELIGIOSA NA ÉPOCA MODERNA: QUESTÕES E PERSPECTIVAS

ZULMIRA C. SANTOS \*

Pensar «A produção historiográfica portuguesa sobre a história religiosa na época moderna: questões e perspectivas», nestes 50 anos da *Lusitania Sacra*, revista cuja importância no panorama científico nacional e internacional seria supérfluo referir implica, seguramente, fazer um balanço «do percurso alcançado no âmbito do conhecimento historiográfico sobre a religião enquanto elemento estruturador da realidade portuguesa nas suas dimensões social, política, económica, cultural e das mentalidades». A questão proposta, no âmbito cronológico óbvio dos séculos XVI-XVIII, pode ser equacionada num duplo campo de análise: por um lado, numa espécie de interpretação *stricto sensu*, a produção historiográfica portuguesa redigida por esses anos pelas diferentes instituições religiosas, não, naturalmente, no sentido legislativo ou canónico, mas no sentido em que as diferentes congregações religiosas “olharam” a sua “história”, num esforço consciente de construção, reconstrução e transmissão da memória própria. Por outro, examinar a produção recente de conhecimento nessa área, desta vez como “estado da questão”, neste ano de 2006. Procurarei, num primeiro momento, chamar a atenção para estas “formas” de pensar o problema proposto, apresentando, depois, na medida do possível, algumas questões e algumas perspectivas, inscritas num amplo itinerário de investigação a desenvolver.

---

\* Universidade do Porto. Agradecemos a José Adriano de Freitas Carvalho a leitura prévia deste texto, que em muito beneficiou das suas sugestões.

1. Do primeiro destes pontos de vista, olhando a forma como a Época Moderna escreveu a sua história, Portugal assistiu a um desenvolvimento da historiografia religiosa que não pode, sem riscos, e com os matizes em relação ao tratamento das fontes que conhecemos, desligar-se, no século XVI e XVII, da importância que a erudição e a filologia adquiriram em contexto humanista <sup>1</sup>. As ordens mais “antigas”, tomemos como exemplo os franciscanos observantes, obstinaram-se, praticamente desde Marcos de Lisboa, nas *Crónicas da Ordem dos Frades Menores* (1557) <sup>2</sup>, em garantir, por meio da história, que o verdadeiro espírito da *forma vitae* de S. Francisco nunca se tinha perdido e que a reforma observante não fazia mais que participar da sua difusão. É esta a lição que, tomada nos seus aspectos particulares, Frei Manuel da Esperança (1585-1670) prosseguirá na *História Seráfica da ordem dos frades menores de S. Francisco da província de Portugal* (1656-1666), obra continuada por Frei Fernando da Soledade <sup>3</sup>, nas três partes publicadas no século XVIII, respectivamente em 1705, 1709 e 1721, assim como Frei Jerónimo de Belém [1692 - ?] na *Chronica Seraphica da Sancta Província dos Algarves* <sup>4</sup>, entre 1750 e 1758. As ordens “novas”,

---

<sup>1</sup> E cujas consequências, em termos de “erudição eclesiástica” podem avaliar-se, para o labor dos séculos XVII e XVIII, pelos excelentes trabalhos incluídos por NEVEU, Bruno – *Erudition et religion aux XVIIe et XVIII siècles*. Paris: Fayard, 1994.

<sup>2</sup> A primeira parte das *Crónicas*, dedicada a D. João III, foi publicada em Lisboa por João Blávio; a segunda parte, da responsabilidade do mesmo editor, dedicada a Catarina de Áustria, igualmente em Lisboa, em 1562; a terceira, em Salamanca, por A. Canova, em 1570, dedicada à Infanta D. Maria; a quarta é da autoria de Frei António Daza e foi publicada em Valladolid, em 1611, dedicada a Filipe II e sob a responsabilidade de Juan de Godines de Millis e Diego de Córdoba. José Adriano de Carvalho chama a atenção para o facto de a «Tercera Parte» ter sido «ligeiramente ‘censurada’» pela Ordem por nas palavras do examinador F. Juan de Veja ser desejável «más fundamento y autoridad de muchos milagros, revelaciones e visiones que se encuebran en él» e que, por isso, hanse quitado muchas destas cosas que tenían sabor a apocryphas e que lo que queda se puede imprimir debajo de pia edificación» (CARVALHO, José Adriano de Freitas – *As Crónicas da Ordem dos Frades Menores* de Frei Marcos de Lisboa ou a história de um triunfo anunciado. In CARVALHO, José Adriano de Freitas, ed. – *Quando os Frades faziam História: de Marcos de Lisboa a Simão de Vasconcellos*. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2001, p. 23, nota 52).

<sup>3</sup> FARDILHA, Luís de Sá – Uma introdução à *História Seraphica...* na Província de Portugal. In CARVALHO – *Quando os Frades faziam história*, p. 103-119.

<sup>4</sup> BELÉM, Frei Jerónimo de – *Chronica Seraphica da Sancta Província dos Algarves, da regular observancia do seraphico P. S. Francisco; em que se trata da sua origem, progressos e fundação dos seus conventos*. Lisboa: Na Officina de Ignacio Rodrigues, 1750 (II, III e IV, Lisboa, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1753, 1755 e 1758).

como a Companhia de Jesus, produziram, quase logo, se tivermos em conta a data da fundação e a data das edições dos primeiros textos, crónicas que marcavam e difundiam uma espécie de supremacia nas questões da evangelização – Baltasar Teles, na *Crónica da Companhia de Jesus na Província de Portugal* (1ª parte, 1645; 2ª, 1647) <sup>5</sup>, na *História Geral da Etiópia a alta* (1660) <sup>6</sup>, ou Simão de Vasconcellos na *Crónica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil* (1663) <sup>7</sup> –, mas também as “histórias” de uma “conquista espiritual”, para usar as palavras do título da obra tanto tempo inédita do franciscano Frei Paulo da Trindade, que, do oriente ao ocidente, originava verdadeiros martirológicos <sup>8</sup>. E ainda, as crónicas

---

<sup>5</sup> TELES, Baltasar – *Chronica da companhia de Jesus na Província de Portugal e do que fizeram nas conquistas deste Reyno os religiosos que na mesma província entraram, nos annos em que viveu Sancto Ignacio de Loyola*. Parte I. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1645; Parte II. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1647.

<sup>6</sup> IDEM – *Historia Geral da Etiópia a Alta, ou Preste João, e do que nella obraram os Padres da Companhia de Jeus*, Coimbra, Manuel dias, 1660. SOUSA, Ivo Carneiro de – *A crónica como missão: a história da Etiópia-a- Alta ou Preste João do Padre Baltasar Teles*. Porto: Granito Ed. e Livresiros, 1998.

<sup>7</sup> Editada pela primeira vez em 1663, a crónica de Simão de Vasconcelos foi reeditada em 1885, numa edição preparada por Inocêncio Francisco da Silva e, já no século XX, por Serafim Leite. No século XIX, existem, em rigor, duas edições: uma de 1864, impressa no Rio de Janeiro, defeituosa e incompleta e uma outra, de 1865, que se apresenta em dois volumes, umas vezes encadernados juntos, outras separadamente, preparada por Inocêncio que sublinha, na «Advertência Preliminar» a «quasi extrema raridade a que teem chegado [...] os exemplares da *Chronica* [...] e o elevado preço a que subiram modernamente os poucos que a casualidade trouxe ao mercado dos livros». Actualizada ortograficamente, esta edição reproduz, nas palavras do ilustre bibliófilo, «[...] fiel e escrupulosamente [...] a edição de 1663, restituindo «alguns logares do texto, em que eram manifestas e evidentes as incorrecções typographicas» e acrescentando à edição original um apêndice constituído por sete cartas de Manuel da Nóbrega dirigidas a Simão Rodrigues (3), aos Padres da Província de Portugal (2), a D. João III (1) e ao Cardeal D. Henrique (1). A edição de Serafim Leite foi publicada em Petrópolis, pela Ed. Vozes e várias vezes reeditada. A *Chronica* de Simão de Vasconcellos integra as *Noticias Antecedentes, Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil* que foram publicadas autonomamente, sem o lexema «antecedentes», a expensas do Capitão Francisco Gil de Araújo, em 1668, em Lisboa, por João da Costa (*in quarto*, VIII-291 páginas, acompanhadas por um Índice). Acompanhadas por um estudo introdutório que examina detidamente o problema do «paraíso na América» e publica os parágrafos expurgados, as *Notícias* foram reeditadas por Luís António de Oliveira Ramos.

<sup>8</sup> TRINDADE, Frei Paulo da – *Conquista Espiritual do Oriente em que se da relação de algumas cousas mais notáveis que fizeram os Frades Menores da santa província de S. Tomé da Índia Oriental em a pregação da fé e conversão dos infieis, em mais de trinta reinos do Cabo da boa Esperança até às remotissimas ilhas do Japão*. Int. e notas de Feliz

dominicanas, da *História de S. Domingos* (1623, 1662 e 1678) de Frei Luís de Sousa a Frei Lucas de Santa Catarina, a *Primeira Parte das crónicas da Ordem de Cister* (1602) de Frei Bernardo de Brito, ou *O céu aberto na terra, história das sagradas congregações dos cônegos seculares de S. Jorge em Alga de Veneza e de S. João Evangelista em Portugal* (1697)<sup>9</sup>, de Francisco de Santa Maria... Estas, entre outras ainda manuscritas, que continuaram a aguardar edições que as tornem mais acessíveis à comunidade científica, na medida em que permanecem repositórios de uma mole de informações que há que revalorizar.

Evocar estes textos neste contexto de “balanço científico”, apelando às enormes virtualidades do seu estudo e consequente revalorização, não significa esquecer que as informações fornecidas por relatos deste teor devem ser enquadradas nos géneros e cânones literários do tempo, pois que, de acordo com as informações paratextuais – bastando para isso atentar nas diferentes licenças, prólogos ou dedicatórias – a *varietas* e a “verosimilhança”, esta lida na moldura da época, que contribuíam para a persuasão do leitor, eram aspectos fundamentais a preservar<sup>10</sup> em textos que, embora orientados *ad maiorem gloriam Dei*, se tornavam, como parece óbvio, *ad maiorem gloriam* dos seus próprios institutos, enfileirando, de resto, pelo que à Época Moderna diz respeito, no caminho da historiografia secular coeva. Redigindo a sua história, as diferentes congregações religiosas revisitavam, enfrentando-o e quase sempre “reconstruindo-o”, num movimento duplo de legitimação e alguma nostalgia, o seu passado mais ou

---

Lopes. 3 vols. Lisboa: 1962-1967). CARVALHO, José Adriano de Freitas – Il Senso della ‘conquista spirituale’ dell’ Oriente da parte dei francescani, secondo fra’ Paolo da Trindade O.F.M. In *L’EUROPA e l’evangelizzazione delle Indie Orientali*. A cura di Luciano Vaccaro. Milano: Fondazione Ambrosiana, 2005.

<sup>9</sup> Editado em Lisboa, por Manuel Lopes Ferreira.

<sup>10</sup> Cf. as palavras de Baltasar Teles: «eu não sigo a opinião d’aquelles que cuidam que grangeam auctoridade a seus escriptos com se mostrarem menos cuidadosos no estylo, persuadindo-se que os terão por mais verdadeiros nas cousas, por se mostrarem incultos na phrase: sendo assim que o fazem, ou porque não podem mais, ou porque se querem furtar ao trabalho, pois é certo que o concerto das palavras não tira a verdade á história» (TELES – *Chronica da Companhia de Jesus na Província de Portugal*, Parte II, «Prologo». Valerá a pena ter em conta, neste enquadramento, a opinião do Mesmo Baltasar Teles, secundada pelo Padre António Vieira de que a Crónica da Companhia no Brasil de Simão de Vasconcellos possuía um estilo demasiado «rasteiro» (RODRIGUES, Francisco – O P.e António Vieira – contradicções e Applausos. Separata do vol. XI da *Revista de História*, p. 16, nota 4.

menos longínquo. A partir, sobretudo, da segunda metade do século XVI, o interesse humanista pelo tratamento erudito das fontes, a reforma religiosa e a fragmentação política da Europa potenciaram uma ampla produção constituída pelos relatos de cistercienses, dominicanos, agostinhos, beneditinos..., buscando a identidade, muitas vezes também “territorial”, através da reconstrução e fixação da “memória”, plasmando a narração diacrónica com as diferentes propostas de modelos de comportamento a imitar, desde as “vidas” às narrativas mais breves de paradigmas de virtude, como se a cada instituto correspondesse um padrão de comportamento modelar<sup>11</sup>. Nas crónicas franciscanas de Frei Marcos de Lisboa, por exemplo, S. Francisco corporiza a imagem perfeita desse ideal, até como marca do “regresso” a uma *intentio* inicial patente na vitória dos que queriam «observar à letra a “Regra” de S. Francisco»<sup>12</sup>, da mesma forma que, nas de matriz jesuíta, a evangelização se apresenta como uma tarefa ingente, quase exclusiva dos discípulos de Loyola, tingida pelo sangue dos muitos mártires e pelas dificuldades específicas que cada região comportava, do Brasil ao Oriente<sup>13</sup>. O peso e o investimento retórico nestes relatos biográficos individuais, tendendo para a hagiografia, como uma espécie de “galeria” de santos ou de “varões ilustres em virtude”, ultrapassa o domínio estrito da cronística religiosa para dar origem a verdadeiras coleções hagiográficas como o *Agiológico Lusitano*<sup>14</sup> de Jorge Cardoso e o *Jardim de Portugal*<sup>15</sup> de Frei Luís dos Anjos, visando a formação de uma história sacra do reino num projecto de afirmação de uma espécie de santidade “territorial”, valorizando a hagiografia como história “tout court”.

A reflexão sobre a historiografia religiosa dos séculos XVI, XVII e mesmo XVIII não pode ignorar a forte matriz modelar e “disciplinadora”

---

<sup>11</sup> CALIÓ, Tommaso – La ‘Historia Ecclesiastica’ di Vicenza del cappuccino Francesco Barbarano: «honore della pátria», gloria dell’ordine e autobiografia in una raccolta agiografica del XVII secolo. In *ERUDIZIONE e devozione: le Raccolte di vite di santi in età moderna e contemporanea*. A cura di Gennaro Luongo. Roma: Viella, 2000, p. 159-195.

<sup>12</sup> CARVALHO – As *Crónicas da Ordem dos Frades Menores*, p. 53.

<sup>13</sup> SANTOS, Zulmira C. – Em busca do paraíso perdido: a *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil* de Simão de Vasconcellos S.J. In CARVALHO – *Quando os frades faziam história*, p. 145-178.

<sup>14</sup> CARDOSO, Jorge – *Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varões illustres em virtude do reino de Portugal e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1652; Tomo II. Lisboa: Henrique Valente de Oliveira, 1659; Tomo III. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1666; Tomo IV (de António Caetano de Sousa).

<sup>15</sup> Ed. original, Coimbra: Nicolau Carvalho, 1626. Edição com introdução e notas de Maria de Lurdes Correia Fernandes. Porto: Campo das Letras, 1999.

deste filão “literário”. A “história” permitia, não apenas reconstruir a memória, clarificando e concretizando as ligações ao passado que forjavam e legitimavam a identidade de cada família religiosa, mas também um modelo de actuação que quase implicava a existência de uma “personalidade” espiritual. Daí que a investigação rigorosa das fontes, como a entenderam os bolandistas ou beneditinos de Saint-Maur, se submetesse à consideração de uma história como mestra da vida apreendida na “lição” humanista <sup>16</sup>. Contudo, a progressiva importância de uma «República das Letras» <sup>17</sup>, que o século XVIII vai potenciando, irá permitindo a ligação de investigadores através da Europa, presos ao fio da correspondência epistolar e dos jornais bibliográficos <sup>18</sup>. Daí, em pleno século das Luzes, a forte predominância de elementos da Igreja entre a grande quantidade de eruditos que, na República das Letras, se votavam ao estudo da antiguidade clássica e cristã. Obviamente, os textos produzidos reflectiam não apenas a pura curiosidade filológica ou arqueológica, mas também o objectivo geral de construir uma obra “santificadora”, no sentido da glorificação da sua pátria pela história local ou genealógica, o “elogio” da actividade dos seus predecessores pela história literária, na acepção coeva do termo. O saber erudito encontrava-se ao serviço da instituição religiosa – pelo que nos diz respeito, do pontificado romano, da Igreja nacional, da família monástica ou clerical de que pretendia garantir a legitimidade histórica e jurídica <sup>19</sup>.

Esta brevíssima visita da historiografia religiosa produzida nos séculos XVI-XVIII, não esquecendo D. Rodrigo da Cunha, *História Eclesiástica de Braga* (1634-35), *Igreja de Lisboa* (1642) ou o *Santuário Mariano*, pretendeu chamar a atenção, e não mais do que isso, num momento em que reflectimos sobre a história eclesiástica e a história religiosa, para a necessidade urgente de edição, reedição e estudo de textos fundamentais, continuando um trabalho felizmente já iniciado.

2. Do ponto de vista enunciado em segundo lugar, a produção historiográfica portuguesa sobre a história religiosa na Época Moderna, desmente,

---

<sup>16</sup> NEVEU, Bruno – L’érudition ecclésiastique du XVII<sup>e</sup> siècle et la nostalgie de l’Antiquité chrétienne. In IDEM – *Erudition et Religion*, 333-363.

<sup>17</sup> BOTS, Hans; VAQUET, François – *La Repubblica delle lettere*. Bologna: Il Mulino, 2005. Trad. de *La République des Lettres*. Paris: Bélin, 1997).

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> MESTRE SANCHÍS, Antonio – *Humanistas, Políticos e Ilustrados*. Alicante: Publicaciones de la Universidad de Alicante, 2002.

desde há alguns anos, o título que Álvaro Huerga deu a um dos capítulos do 2º volume da sua *Historia de la Espiritualidad* (1969): «Portugal – terra ignota»<sup>20</sup>. Efectivamente, muito se fez já para não continuar a merecer tal qualificativo, embora a difusão da investigação portuguesa no âmbito da comunidade científica internacional, com a excepção de quando o domínio se alarga à Península Ibérica, pese embora a atenção que lhe tem vindo a prestar a bibliografia da *Revue d'Histoire Écclésiastique*, seja ainda bastante limitada. Em todo o caso, do ponto de vista da produção científica nesta área de investigação, muitas são as edições e estudos que merecem relevo. Do carácter “institucional” da *História da Igreja* de Fortunato de Almeida<sup>21</sup>, às obras e estudos pioneiro sobre o sentimento e as sociabilidades no âmbito do religioso de José Sebastião da Silva Dias<sup>22</sup>, Robert Ricard<sup>23</sup>, Maria de Lurdes Belchior<sup>24</sup>, A. A. Banha de Andrade<sup>25</sup>, um pouco na “descendência”, adaptada no tempo e nos métodos, naturalmente, desse primeiro e ainda hoje estimulante modelo que foi o Abbé Brémond<sup>26</sup>, e mais tarde o *Dictionnaire de Spiritualité*<sup>27</sup> e os magistérios, entre outros, de Jean Dagens e Jean Delumeau.

As últimas duas décadas do século XX e esta primeira década do XXI, sem ignorar as muitas e fundamentais contribuições anteriores da *Brotéria* e os 50 anos da *Lusitania Sacra*, viram surgir não apenas um grupo considerável de investigadores na área científica da História religiosa e da

---

<sup>20</sup> Cf. *HISTORIA de la espiritualidad*. Barcelona: Juan Flors, 1969. Vol. 2: *Espiritualidad católica. Segunda parte: Espiritualidades del Renacimiento, barroca e ilustrada, romántica y contemporánea*. Coord. Álvaro Huerga, et al., 694 p.

<sup>21</sup> ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Ed. de Damião Peres. Porto; Lisboa: Livraria Civilização Ed., 1967-1971.

<sup>22</sup> De entre uma vastíssima bibliografia, sobretudo as *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1960.

<sup>23</sup> Sobretudo, no âmbito de uma ampla produção, os *Études sur l'histoire morale et religieuse du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1970.

<sup>24</sup> BELCHIOR, Maria de Lurdes – *Frei António das Chagas: um homem e um estilo do século XVII*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1953; Poesia e mística: Frei Agostinho da Cruz. *Aufsatz zur Portugiesischen Kulturgeschichte*. 4 (1964) 138-158.

<sup>25</sup> Para além de um vastíssimo elenco de artigos nas páginas da *Brotéria*, essencialmente à volta das contribuições científicas e pedagógicas de oratorianos e jesuítas no século XVIII, ANDRADE, A. A. Banha de – *Vernei e a cultura do seu tempo*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1966; IDEM – *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*. Lisboa: IN-CM, 1982.

<sup>26</sup> BREMOND, Henri – *Histoire littéraire du sentiment religieux en France*. Red. de Jérôme Millon, 2006.

<sup>27</sup> *Dictionnaire de Spiritualité ascétique et mystique*, Paris, Beauchesne, 1932-1995.



espiritualidade – não interessarão, agora, as polémicas das designações, ou os limites epistemológicos, mas o campo científico em causa – mas também unidades de investigação expressamente dedicadas ao «conhecimento historiográfico sobre a religião enquanto elemento estruturador da realidade portuguesa nas suas dimensões social, política, económica, cultural e das mentalidades». Bastará atentar no número de colaboradores que estrutura o segundo volume da *História Religiosa de Portugal*, «Humanismos e Reformas»<sup>28</sup>, dirigida por Carlos Moreira Azevedo e coordenada por João Francisco Marques e António Camões Gouveia, e olhar o conjunto de estudos que organiza a bibliografia usada pelos autores, para avaliar do desenvolvimento e da atenção que a história, a literatura e a cultura religiosa e de espiritualidade portuguesas têm vindo a merecer nos últimos anos. O mesmo deveria ser dito, mas agora não apenas em relação à Época Moderna, como é óbvio, dos colaboradores do *Dicionário de História Religiosa de Portugal*<sup>29</sup>. Com efeito, a arquitectura da *História Religiosa de Portugal* projecta um itinerário que em muito reflecte as orientações de investigação e estudos nesta área do saber ao longo dos últimos anos. E se a este quadro juntarmos as diferentes linhas de investigação do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica e do Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto, não ignorando o importante contributo de investigadores de Coimbra, Évora e Braga, ligados a outros centros de investigação de vocação mais ampla, obteremos um amplo campo de interesses que desde os prioritários inventários e edição de fontes, passando pelas Confrarias, Misericórdias e sociabilidades na Época Moderna em Portugal, pelas relações entre a Igreja e o Poder — estudo, por exemplo, da divulgação dos decretos tridentinos, entre as leis e o controlo das práticas, da organização eclesástica, da magia e bruxaria, Inquisição, reformas do clero e orientações da pastoral — se amplia para questões de espaços, sociabilidades e práticas religiosas, direcção espiritual, pastoral e evangelização, catequese, pregação e livro religioso, teatro religioso litúrgico, sensibilidades e representações religiosas, rituais e manifestações do culto, orações e devoções, peregrinações e santuários, missionação portuguesa e encontro de culturas,

---

<sup>28</sup> *HISTÓRIA Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Vol. 2: *Humanismos e Reformas*. Coord. Francisco Marques e António Camões Gouveia. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

<sup>29</sup> *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2001.



diversificação religiosa em Portugal (Protestantismos, Ecumenismo e Minorias Religiosas), estudo das grandes linhas de rumos da espiritualidade portuguesa dos sécs. XVI-XVIII, literatura e espiritualidade, ordens religiosas no Antigo Regime, leituras e leitores de obras de espiritualidade e bibliotecas <sup>30</sup>.

Se este amplo quadro – que pode traduzir um itinerário de investigação que tem vindo a ser executado –, pode contribuir para que o citado título de Álvaro Huerga, «Portugal – terra ignota», tenha perdido actualidade e, essencialmente, razão e sentido, há, no entanto, ainda muito por fazer, na moldura dos séculos XVI-XVIII. Procurarei, em todo o caso, enunciar, porque de perspectivas se trata, algumas questões e alinhar alguns problemas que, salvo melhor opinião, em muito configuram um programa de estudos a prosseguir e aprofundar, não apenas do ponto de vista da historiografia eclesiástica *stricto sensu* mas também da historiografia religiosa em sentido amplo: literatura, cultura, sociabilidades.

1. Continua a faltar um roteiro completo da literatura de espiritualidade em Portugal, apesar da *Bibliografia Cronológica*, editada pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1988, porque esta termina no século XVII <sup>31</sup>.

2. Faltam-nos inventários de relíquias em Portugal, que podem fazer-se através de crónicas, registos, festas e que se tornam indispensáveis ao estudo rigoroso da questão.

3. Falta uma história completa das dioceses, que possa fazer ultrapassar os datados, se bem que úteis, estudos sobre as dioceses de Braga, Lamego...

---

<sup>30</sup> Não pretendendo, de modo algum, proceder a um inventário bibliográfico que aqui não caberia, limitar-me-ei a chamar a atenção para algumas publicações dos últimos dois anos, na moldura da Época Moderna em Portugal: PAIVA, José Pedro – Os Bispos de Portugal e do Império. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006; PALOMO, Federico – *A Contra-Reforma em Portugal (1540-1700)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006; SANTOS, Cândido dos – *O Jansenismo em Portugal*. Porto: FLUP, 2007; SANTOS, Zulmira – *Literatura e espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida (1722-1804)*. Lisboa: FCG-FCT, 2007; MARQUES, João Francisco – *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração*. Ed. Quasi, 2007; CARVALHO, José A. de Freitas – *Lectura Espiritual en la Península Ibérica (siglos XVI-XVII)*. Salamanca, SEMYR-CIUHE, 2007; IDEM – *Poesia e Hagiografia*, Porto, CIUHE, 2007. Valeria a pena acrescentar a este breve elenco as dissertações de mestrado e doutoramento elaboradas no mesmo lapso temporal.

<sup>31</sup> Seria também importante revê-la, completando-a com o século XVIII e com os inevitáveis acrescentos e correcções inerentes a qualquer labor bibliográfico.

4. Continua a haver lugar, apesar dos estudos existentes, para aprofundar as linhas mestras da reforma do século XVI, de que foram grandes artífices Frei Luís de Granada e Frei Bartolomeu dos Mártires, ambos ligados ao Cardeal D. Henrique, que teve na história da espiritualidade portuguesa um lugar de patrono e protector de importantes iniciativas.

4.1. Convirá não esquecer, a este propósito, que Évora foi alfobre de figuras eminentes, responsáveis pela renovação da espiritualidade peninsular. É a esta luz que se deve explicar, por exemplo, a publicação em Évora do *Camiño de perfección*, a primeira obra impressa de Teresa de Ávila<sup>32</sup>.

4.2. Por outro lado, o levantamento exaustivo de obras de espiritualidade publicadas em finais do século XVI, em Évora, outro trabalho a empreender, poderia contribuir para o conhecimento mais aprofundado da espiritualidade portuguesa de 500.

5. Está por estudar também apesar de algumas contribuições dos últimos anos, o desenvolvimento de uma literatura catequética e moralizante, entre os séculos XVI-XVIII que, de algum modo, permita configurar com rigor os dispositivos de controlo desenvolvidos no quadro do “disciplinamento social”, mesmo aceitando a discussão que o “conceito” tem vindo a polarizar.

6. E, dentro da literatura missionária, que tem vindo a merecer alguma atenção nos estudos visando a evangelização e a circulação de saberes, os catecismos em língua vernácula e nas línguas indígenas continuam a ser testemunho de uma literatura missionária ainda pouco estudada.

7. Os tempos barrocos parecem ter preferido explorar em profundidade os legados do passado: os grandes autores do séc. XVII são, em larga medida, ou epígonos ou meros compiladores atentos. O P.e Manuel Bernardes que, embora de um ponto de vista mais literário, mereceu os estudos de M. Lucília G. Pires<sup>33</sup>, poderia ilustrar esta posição. Por outro lado, muitas das obras de cariz contemplativo — um dos aspectos fundamentais do Portugal Barroco — continuam à espera de estudos particulares. Haverá, também, que ponderar, a “influência” de S. Francisco de Sales, na esfera da circulação de modelos devotos, por exemplo na moldura de práticas de leitura de elites devotas femininas, que podem tomar como pauta as recomendações que sobre a importância de ler a *Introdução à vida Devota* fazia a sua filha a rainha Maria Francisca Isabel de Sabóia, e que

---

<sup>32</sup> Alguns destes aspectos foram, recentemente, estudados por PALOMO – *A Contra-Reforma em Portugal*.

<sup>33</sup> PIRES, Maria Lucília Gonçalves – *Para Uma Leitura Intertextual de 'Exercícios Espirituais' do Padre Manuel Bernardes*. Lisboa: INIC, 1980.

se mantém viva em textos de finais do século XVIII, sobretudo em contexto oratoriano. E, no caso das direcções espirituais, haveria que estudar os tratadistas de direcção espiritual, os tipos de directores, a direcção espiritual feminina, a matriz de S. Francisco de Sales (ele próprio tão influenciado por Santa Teresa) ou de outros.

8. Ainda por estudar em todos os seus matizes está também a posteridade dos *Exercícios Espirituais* de Loiola, da tradução em formato tão pequeno de T. de Villacastín<sup>34</sup>, em que trabalharam não apenas jesuítas (passe o exemplo conhecido de Diogo Monteiro na *Arte de Orar*, de 1630), mas também membros de outras ordens, como por exemplo o franciscano Afonso da Madre de Deus, com a sua *Instrução e modo práctico de se fazerem os exercícios espirituais* que parece nunca ter sido editada, às obras do oratoriano Manuel Bernardes, cujas fontes parecem ser os grandes autores da Companhia, de Diogo Monteiro a Eusébio de Nieremberg. Ainda dentro deste lapso cronológico, a obra de António Vieira, cujo centenário se comemora em 2008, precisaria também de estudos que salientassem o tipo de espiritualidade e as fontes utilizadas.

9. Conviria notar, ainda em relação ao século XVII, que por aqui se assiste à teologização da espiritualidade, passando, deste modo, a literatura de espiritualidade a apresentar-se cada vez mais como uma disciplina “paracientífica”: a teologia espiritual de que o *De Stactu Perfectionis* de Francisco Suarez SJ pode ser uma importante referência, tal como a *Theologia Mystica* de Alexandre do Couto se torna nos fins do século (1692) um dos momentos da sua divulgação. Tudo isto pressupõe temáticas a aprofundar como, por exemplo, a prática da oração mental, que se torna a grande base da tratadística de espiritualidade da época. Por outro lado, seria importante conhecer a dimensão em Portugal das questões da “comunhão frequente” e das consequências da questão molinosista, recentemente tratada na obra de Pedro Tavares, *Beatas, Inquisidores e Teólogos. Reacção portuguesa a Miguel de Molinos*, editada pelo CIUHE, em 2005.

10. O século XVII empenhou-se, por motivos de vária ordem, que passam tanto por Trento como por uma reacção a um rigoroso anti-misticismo que foi como que a posição oficial no terceiro quartel do século anterior, na divulgação de biografias devotas, e muitas vezes até de auto-biografias cujo modelo oscilava entre Santa Teresa e Santa Gertrudes, demonstrando, pela evocação de altas graças místicas, as «maravilhas de

---

<sup>34</sup> VILLACASTÍN, Tomás de, SJ – *Manual de Exercícios Espirituais para ter oração mental*. Lisboa: António Craesbeeck de Melo, 1672.

Deus na alma e a sua perenidade». Valeria a pena catalogar esses textos – das Vidas de santos às biografias devotas –, inventariá-los (muitos permanecem manuscritos), identificando as formas e os níveis da recepção das “mensagens” hagiográficas, no sentido em que a complexidade de signos e sinais que propagam essa mensagem podem dizer-nos muito sobre o sentir religioso de uma época e sobre aspectos que outras fontes silenciam ou eludem. Por outro lado, estudar o “público” dos santos<sup>35</sup> significará também procurar os destinatários preferenciais das mensagens hagiográficas, identificando formas de circulação, difusão e socialização de um discurso doutrinal “modelador”.

11. Ainda nos séculos XVI-XVII, haveria que continuar a explorar as correntes proféticas (que João Marques já estudou para a parenética filipina<sup>36</sup>), libertando-as do lastro sebástico a que têm permanecido presas.

12. O século XVIII, que nos anos 30, 40 e 50 do século XX, mereceu tantas vezes a atenção dos colaboradores da *Brotéria* e mais tarde de Banha de Andrade, de Marcadé, de Eugénio dos Santos, de José Adriano de Freitas Carvalho, de Cândido dos Santos e Ana Cristina Araújo, precisaria que se aprofundassem os contornos e os limites da denominada e *hoje* muito discutida “Ilustração Católica”. Valeria a pena precisar o conceito, se é que continua operativo, estudar-lhe a complexidade, ver em que medida se trata de uma nova antropologia religiosa, pela conceito de felicidade cristã e de função civilizadora da religião, comportamentos, práticas, mais, às vezes, que ideias teológicas e doutrinas específicas. A emergência de um catolicismo racional, irénico e tolerante; a presença de ideias e atitudes “jansenizantes” e regalistas, os movimentos de reformismo eclesiástico. Poderemos questionar-nos se tais investigações, o que já se tem chamado “Ilustração Católica”, hoje, não mostrarão em que sentidos a onda de secularização setecentista e a consciência religiosa, que se tinha modelado através das tentativas de uniformização perseguidos pela ortodoxia católica, se foram desarticulando e como se recompuseram, sobretudo depois da expulsão da Companhia de Jesus, não tanto em sede hierárquico-eclesiológica, mas através da exaltação da “civilidade cristã” muitas vezes em relação difícil com as novas “filosofias”. Neste contexto, haverá que estudar alguns dos

---

<sup>35</sup> Para usar o título das «Atti del III convegno di studio dell’Associazione italiana per lo studio della santità e dell’agiografia (Verona 22-24 Ottobre, 1998)». *Il pubblico dei santi*. A cura di Paolo Golinelli. Roma: Viella, 2000.

<sup>36</sup> MARQUES, João Francisco – *A parenética portuguesa e a dominação filipina*. INIC; Centro de História da Universidade do Porto, 1986. MARQUES, João Francisco – *A Utopia do Quinto Império*.

nomes da segunda metade do século XVIII, de Frei Manuel do Cenáculo a António Pereira de Figueiredo, de Inácio de Santa Teresa a Frei Luís do Monte Carmelo – na esteira de trabalhos anteriores de Gama Caeiro, Marcadé, Cândido dos Santos – não apenas do ponto de vista da acção “política”, mas também da espiritualidade de religiosos que pensavam a *pubblica felicità*, de matriz muratoriana, e se reviam simultaneamente numa *regolata devozione* e na difusão moderada de tendências prático-científicas no quadro do “moderno” experimentalismo, problematizando as relações Ciência/Religião. Neste contexto, haveria ainda que aprofundar a atenção de muitos destes nomes à erudição histórica, ao estudo das origens cristãs e dos grandes momentos da história da Igreja, à recuperação da patrística, ao interesse antiquário pelas religiões do mundo clássico. A erudição histórica e os novos hábitos ético-científicos, projectados sobre a história da Igreja, parecem ir definindo um tema essencial, programaticamente acolhido pelas correntes de piedade ilustrada mais despojada: a áurea antiguidade que se queria transportar para as formas de devoção, para a linguagem teológica, no limite, para a organização eclesiástica. Por outro lado, haverá que “libertar” a Jacobeia do quadro “sigilista”, já estudado por António Pereira da Silva <sup>37</sup>, não porque este movimento de reforma espiritual não se enrede, em “tempos pombalinos”, no sigilismo, mas porque precisa de ser estudado como tal, no sentido em que está por delimitar a forma como chega aos anos de Pombal e como nele, ou já nas suas consequências..., se envolveram membros da nobreza hostil a Sebastião José, através, por exemplo, da direcção espiritual feminina. Quem eram os directores espirituais, os confessores das senhoras nobres dos tempos pombalinos? Que solidariedades existiam neste campo? Que tratados de “direcção espiritual” temos? Que tipos de directores?

Por fazer, também, o estudo da renovação parenética, se é que houve, nos moldes preconizados por Verney? Quem a seguiu? Em que moldes? Quando? O que mudou? O estudo das relações de Pombal com o Oratório, iniciada por Silva Dias e Banha de Andrade, precisa de continuação, determinando se a quase “cisão” dos anos 60/70 não terá passado, sobretudo, por diferentes opções eclesiológicas e devocionais. Tudo isto, de algum modo, está por fazer. E só o conhecimento destas questões permitirá avaliar dos contornos e limites, se existiram, da Ilustração Católica, em Portugal, integrando-a – por semelhança ou contraste – no contexto europeu.

---

<sup>37</sup> SILVA, António Pereira da – *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII: história, religião e política nos reinados de D. João V e de D. José I*. Braga, Ed. Francisca, 1964.